

Dívida teria negociação plurianual

ESTADO DE SÃO PAULO

28 MAI 1986

O diretor do Banco Central para assuntos da dívida externa, Antônio de Pádua Seixas, disse ontem que recebeu "fortes indicadores" dos bancos credores do Brasil de que a renegociação da dívida externa brasileira pode ser feita de forma plurianual ainda no final deste ano. Segundo ele, os bancos credores acham que a negociação plurianual é "o caminho que o País deve seguir" e que o Brasil criou condições de se sentar à mesa de negociações com essa proposta, principalmente por causa de sua boa performance no setor externo pelo quarto ano consecutivo e do plano de estabilização monetária.

Antônio de Pádua Seixas informou também que deve estar concluída, num prazo de sete a dez dias, a redação do contrato a ser assinado pelo Brasil com os bancos credores, pelo qual serão reescalonadas as amortizações de 1985 por um período de sete anos (dos quais cinco seriam de carência) e mantidos no Banco Central, até o fim do ano, os depósitos da parte principal da dívida relativa a 1986, sobre os quais o banco pagaria juros de 1,125% (setor público) e 1,25% (setor privado). Tal contrato formalizará o acordo firmado em fevereiro em Nova York, e o prazo para sua assinatura por parte de todos os bancos credores esgota-se no dia 15 de agosto (ele vigoraria no caso de o Brasil não viabilizar a negociação plurianual). O diretor do Banco Central afirmou que cerca de 65% dos bancos já deram resposta favorável e está convencido de que todos assinarão o contrato até o prazo final.

OUTROS ITENS

Além do reescalonamento das amortizações de 1985 e a manutenção dos depósitos, no Banco Central, do principal da dívida de 1986, as demais bases do contrato a ser firma-

do são: redução dos juros pagos pelo Brasil e a eliminação da prime-rate como taxa básica de juros, substituída pela Libor; prorrogação das linhas de crédito de curto prazo por um período de um ano, a findar no dia 31 de março de 87 e a ser estendido até junho, caso não seja concluída a negociação plurianual; opção, por parte dos bancos, de escolherem a moeda na qual deve ser feito o depósito das parcelas de pagamento (um banco alemão, com empréstimo feito em dólar, poderá optar pelo pagamento do empréstimo em marco alemão, opção que vigorará pelo resto da vida do empréstimo); transferência, por parte dos bancos, de US\$ 600 milhões dos projetos da linhas interbancárias para linhas de comércio.

O total dessa renegociação, segundo Antônio de Pádua Seixas, abrange cerca de US\$ 31 bilhões: US\$ 6,1 bilhões de depósitos de 1985, aproximadamente; US\$ 9,6 bilhões de depósitos referentes a 86; US\$ 5,5 bilhões relativos às linhas interbancárias, e mais US\$ 10 bilhões relativos às linhas de comércio.

Toda essa renegociação, no entanto, desaparece se, até o fim do ano, o Brasil conseguir a negociação plurianual com os bancos credores. Nesse caso, disse o diretor do Banco Central, as amortizações de 85 serão incluídas no que se chama "período de consolidação": juntam-se as amortizações de todo o período negociado — "digamos, uns cinco ou seis anos", exemplificou — e se renegocia o "bolo" por 15 ou 16 anos. Inicialmente, acrescentou Pádua Seixas, o prazo cogitado pelo Brasil foi de 16 anos, mas não há ainda uma proposta brasileira formalizada, apenas "um esboço". A proposta brasileira dependeria de projeções do setor externo para os próximos anos, em termos de balança de pagamento.

ESTADO DE SÃO PAULO